

Para Sarney, chega a hora da decisão



Júlio Fernandes

Funaro: não há indefinição

O presidente José Sarney terá hoje que escolher entre duas medidas para iniciar um novo processo de saneamento da economia: a primeira, mais drástica, é defendida pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e prevê um realinhamento geral de preços e salários nas próximas 48 horas. A segunda, do ministro do Planejamento, João Sayad, preconiza um realinhamento gradativo, através de pacotes que seriam diluídos ao longo do tempo. Ontem, o presidente determinou ao ministro Funaro que se reúna urgentemente com Sayad para que cheguem a um ponto em comum que possa ser anunciado publicamente.

Durante audiência com o presidente no Palácio do Planalto, o ministro Funaro insistiu na necessidade de o governo promover uma nova medida de choque, mas Sarney continuou resistindo à idéia. Uma das dúvidas levantadas por ele foi a de que mesmo realizando o que seus assessores chamam de "mini-cruzado", não é possível prever o controle na inflação futura. Funaro pensa em

reajustar preços e salários com base na inflação acumulada desde 28 de fevereiro passado, excluindo as anticipações salariais, dissídios e gatilhos. Com isso, espera zerar a inflação.

Do ponto de vista político, assessores do presidente consideram a tese um desastre, pois obrigaría o presidente da República a reeditar decretos-leis às vésperas da instalação da Assembléa Nacional Constituinte.

Desta vez, prevalece o pensamento do ministro do Planejamento, João Sayad, conforme confidenciou um assessor direto do presidente. "Administrar a economia", lembrou esse assessor, tem sido o termo mais usado por Sarney nos últimos dias em conversas com os membros de sua equipe econômica. O maior inconveniente dessa tática, porém, está na demora de conseguir índices inflacionários baixos. Por um período de mais quatro meses, no mínimo, o governo terá que conviver com altas taxas, o que poderá se tornar um grande risco quando se aproxima-

rem os períodos de dissídios das maiores categorias de trabalhadores.

FUNARO E PAZZIANOTTO

Ontem à noite, ao deixar o Ministério da Fazenda, o ministro Funaro disse que ainda acreditava num entendimento na reunião de hoje, não cancelada oficialmente. Mas, se não houver entendimento, acrescentou, o CIP "vai funcionar normalmente". E observou que a política salarial no Brasil é clara: "Temos o gatilho e dissídios todos os meses. Não há falta de definição".

O ministro disse que não acreditava na informação de que o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, o havia culpado, junto aos trabalhadores, na reunião de ontem, de ter desencadeado o realinhamento de preços precipitadamente (ver página 18). "Não acredito nisso. Meu entendimento com o ministro do Trabalho é muito bom. E não existe isso dentro do governo", afirmou.

Funaro revelou que tinha acabado de falar ao telefone com Pazzianotto e que este tinha lhe dito que foram os trabalhadores que levanta-

ram a acusação da precipitação, no início da reunião. Funaro destacou que o ministro do Trabalho tinha conhecimento do realinhamento e que ainda havia participado da reunião telefônica do CIP que concedeu os reajustes para nove eletrodomésticos.

AUMENTOS

Os aumentos entre 22 e 28,5% concedidos pelo CIP aos eletrodomésticos só poderão ser praticados no varejo a partir da próxima semana, informou o superintendente da Sunab, Aloísio Teixeira. Até lá, o órgão divulgará portarias estipulando as margens máximas de comercialização que poderão ser aplicadas sobre os novos preços pelos varejistas.

Na próxima semana, também entrará em vigor os novos preços dos produtos oncológicos (medicamentos destinados ao tratamento de câncer). O secretário especial de abastecimento e preços, José Carlos Braga, informou ontem que o CIP liberará hoje o índice de reajustes para esses produtos. Também estão com índices definidos os reajustes para ou-

ters medicamentos, dentro do processo de realinhamento setorial de preços.

Assessores de Braga revelaram que muitos setores já estão com índice de aumentos definidos e que o departamento técnico do CIP continua analisando, apressadamente, outras planilhas de custos.

O superintendente da Sunab explicou que os varejistas não podem cobrar novos preços pelos eletrodomésticos sem as portarias que fixarão as margens de comercialização. Nestas portarias serão estabelecidas as fórmulas para o cálculo das margens, levando em conta custos variáveis, como o transporte e armazenamento.

Teixeira informou que a nova lista reduzida de produtos tabelados já está definida. Mas ela será divulgada e entrará em vigor após a conclusão do realinhamento de preços. Muitas das correções a serem liberadas para matérias-primas básicas e intermédias se refletirão sobre os preços finais de diversos produtos que comporão tabela condensada.